



Reunião ampliada da **REGIÃO 3**

Prestação de contas físico-financeira e atualização sobre os anexos do Acordo Judicial

Assessoria
Técnica
Independente
PARAOPEBA

NACAB
NÚCLEO DE ASSESSORIA
ÀS COMUNIDADES ATINGIDAS
POR BARRAGENS

Objetivos da Reunião

- Apresentar a execução finalística e financeira do Plano de Trabalho 06, regido pelo Termo de Compromisso de 2023;
- Atualizar as pessoas atingidas sobre o andamento dos anexos do Acordo:
 - Anexo 1.3;
 - Anexo 2;
 - Anexo 1.2.

Pautas

- Prestação de contas financeira
- Prestação de contas finalística
- Apresentação do Jornal Reparação
- Atualização sobre os anexos

PRESTAÇÃO DE CONTAS FINANCEIRA

Síntese comparativa da execução financeira por rubricas – Trimestre Jul a Set 2025

RUBRICA	EXECUTADO (R\$)	PLANEJADO (R\$)	EXECUTADO-PLANEJADO (R\$)	EXECUTADO PLANEJADO (%)
1 - PESSOAL	R\$ 3.216.978,01	R\$ 3.553.885,75	R\$ 336.907,74	91%
2 - SERVIÇOS DE TERCEIROS	R\$ 227.489,73	R\$ 250.998,38	R\$ 23.508,65	91%
3 - CONSULTORIAS	-	-	-	-
4 - MATERIAL DE CONSUMO E EXPEDIENTE	R\$ 46.961,28	R\$ 52.301,77	R\$ 5.340,49	90%
5 - MATERIAL PERMANENTE/INVESTIMENTOS	R\$ 67.248,50	R\$ 111.459,53	R\$ 44.211,03	60%
6 - TRANSPORTE	R\$ 272.210,76	R\$ 279.160,75	R\$ 6.949,99	98%
7 - ALIMENTAÇÃO	R\$ 108.525,53	R\$ 180.322,40	R\$ 71.796,87	60%
8 - VIAGENS	R\$ 49.509,16	R\$ 35.128,68	R\$ -14.380,48	141%
9 - TARIFAS E TAXAS	R\$ 55.667,59	R\$ 26.700,00	R\$ -28.967,59	208%
TOTAL	R\$ 4.044.590,56	R\$ 4.287.144,41	R\$ 445.366,69	94%

Síntese comparativa da execução financeira por rubricas – PTr 06 Jul 23 a Set 2025

RUBRICA	EXECUTADO (R\$)	PLANEJADO (R\$)	EXECUTADO-PLANEJADO (R\$)	EXECUTADO PLANEJADO (%)
1 - PESSOAL	R\$ 32.911.603,32	R\$ 35.144.661,24	R\$ 2.233.057,92	94%
2 - SERVIÇOS DE TERCEIROS	R\$ 2.368.277,99	R\$ 2.395.124,97	R\$ 26.846,98	99%
3 - CONSULTORIAS	R\$ 96.560,81	R\$ 0,00	R\$ -96.560,81	-
4 - MATERIAL DE CONSUMO E EXPEDIENTE	R\$ 497.589,18	R\$ 502.695,70	R\$ 5.106,52	99%
5 - MATERIAL PERMANENTE/INVESTIMENTOS	R\$ 325.259,73	R\$ 378.822,92	R\$ 53.563,19	86%
6 - TRANSPORTE	R\$ 2.281.996,29	R\$ 2.462.036,27	R\$ 180.039,98	93%
7 - ALIMENTAÇÃO	R\$ 766.770,41	R\$ 1.528.390,00	R\$ 761.619,59	50%
8 - VIAGENS	R\$ 301.591,41	R\$ 331.922,33	R\$ 30.330,92	91%
9 - TARIFAS E TAXAS	R\$ 883.262,14	R\$ 240.300,00	R\$ 642.962,14	368 %
TOTAL	R\$ 40.432.911,28	R\$ 42.983.953,44	R\$ 2.551,042,16	94%

Síntese de rendimentos – PTr 06 Jul 23 a Set 2025

DESCRIÇÃO	VALOR (R\$)
RENDIMENTO BRUTO	R\$ 3.521.574,86
ENCARGOS S/ RENDIMENTOS	R\$ 804.954,37
IRRF	R\$ 547.441,63
COFINS	R\$ 257.512,74
TOTAL	R\$ 2.716.620,49

Informações referentes a análise de dispêndios Ernst & Young (EY)

Mês	DISPÊNDIO TOTAL (R\$)	DISPÊNDIOS VALIDADOS (R\$)	DISPÊNDIOS NÃO VALIDADOS (R\$)	PERCENTUAL DOS DISPÊNDIOS VALIDADOS (%)
JUL/23	R\$ 1.850.148,48	R\$ 1.850.047,50	R\$ 100,98	99,99%
AGO/23	R\$ 1.862.228,17	R\$ 1.861.498,64	R\$ 729,53	99,96%
SET/23	R\$ 1.739.137,15	R\$ 1.738.697,33	R\$ 439,82	99,97%
OUT/23	R\$ 1.298.989,32	R\$ 1.298.789,33	R\$ 199,99	99,98%
NOV/23	R\$ 1.404.624,77	R\$ 1.404.441,09	R\$ 183,68	99,99%
DEZ/23	R\$ 2.118.946,32	R\$ 2.118.748,70	R\$ 197,62	99,99%
JAN/24	R\$ 1.289.123,79	R\$ 1.287.736,31	R\$ 1.387,48	99,89%
FEV/24	R\$ 1.333.077,45	R\$ 1.333.077,45	R\$ 0,00	100,00%
MAR/24	R\$ 1.302.125,10	R\$ 1.302.123,41	R\$ 1,69	99,9999%
ABR/24	R\$ 1.436.390,12	R\$ 1.436.390,12	R\$ 0,00	100,00%

Informações referentes a análise de dispêndios Ernst & Young (EY)

- Até então a EY realizou a emissão de relatórios até o mês de abril de 2024;
- Referente ao período de julho de 2023 a janeiro de 2024, os valores não validados pela EY dizem respeito à Folha de Pagamento e aos encargos incidentes sobre ela;
- As inconsistências apontadas estão relacionadas ao uso do divisor 30 para apuração do salário/dia dos colaboradores.

Execução financeira – linha 02N

RUBRICA	2023	2024	2025	TOTAL
1 - MATERIAL DE CONSUMO E EXPEDIENTE	R\$ 6.201,00	R\$ 13.800,00	R\$ 0,00	R\$ 20.001,00
2- TRANSPORTE	R\$ 3.200,00	R\$ 17.909,96	R\$ 14.980,65	R\$ 36.090,61
3 - ALIMENTAÇÃO	R\$ 0,00	R\$ 7,506,03	R\$ 20.763,94	R\$ 28.269,97
4 - VIAGENS	R\$ 0,00	R\$ 4.261,88	R\$ 4.696,80	R\$ 8.958,68
TOTAL	R\$ 9.401,00	R\$ 43.477,87	R\$ 40.441,39	R\$ 93.320,26

- Até então a Rede executou o valor de R\$ 93.320,26. Ou seja, possui um saldo de R\$ 56.679,74

PRESTAÇÃO DE CONTAS FINALÍSTICA

Eixos do Plano de Trabalho 06

- Participação Informada e Organização Social
- Povos e Comunidades Tradicionais
- Anexo 1.1
- Anexo 1.2 e 1.3
- Gestão

Indicadores

Calendário

Tabela

Planejado x..

Atividades

Timesheet

Custo...

Jornadas

Última
Atualização16/10/2025
10:17:50

01/07/2023 30/09/2025

Município

Todos

Comissão

Todos

Escritório

Todos

Status

Todos

ID da Agenda

Todos

Objetivo Específico

Todos

Atividade

Todos

Tipo de Atividade

Todos

Número de Agendas

2499 Agendas

Horas Totais de Agenda

30056 Horas

Agendas Faltando Evidências

0 Agendas

Agendas por Atividade



Agendas por Tipo de Atividade



Agendas por Objetivo Específi



Status das Agendas



Agendas por Escritório



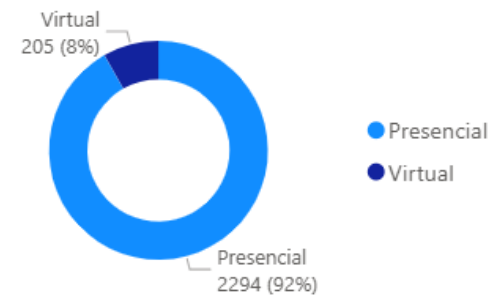
Agendas por Município



Agendas por Comissão



Agendas Presenciais x Virtuais



Geral

Indicadores

Calendário

Tabela

Planejado x..

Atividades

Timesheet

Custo...

Jornadas

Última
Atualização16/10/2025
10:17:50Participação
Informada

01/07/2023

30/09/2025

Município

Todos

Comissão

Todos

Escritório

Todos

Status

Todos

ID da Agenda

Todos

Objetivo Específico

Participação Informa...

Atividade

Seleções múltiplas

Tipo de Atividade

Todos

Número de Agendas

967 Agendas

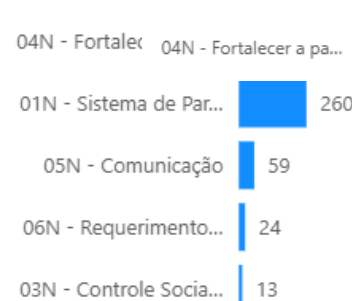
Horas Totais de Agenda

12177 Horas

Agendas Faltando Evidências

0 Agendas

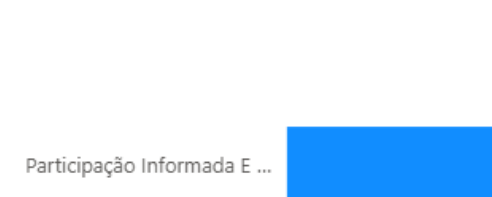
Agendas por Atividade



Agendas por Tipo de Atividade



Agendas por Objetivo Específico



Status das Agendas



Agendas por Escritório



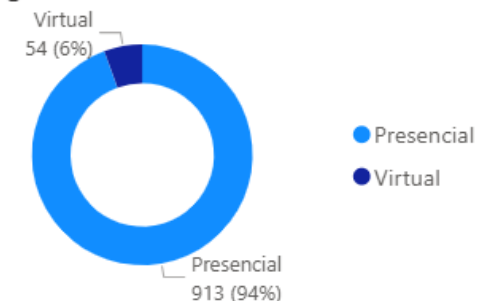
Agendas por Município



Agendas por Comissão



Agendas Presenciais x Virtuais



Indicadores

Calendário

Tabela

Planejado x..

Atividades

Timesheet

Custo...

Jornadas

Última
Atualização16/10/2025
10:17:50Povos e
Comunidade
Tradicionais

01/07/2023 30/09/2025



Município

Todos

Comissão

Todos

Escritório

Todos

Status

Todos

ID da Agenda

Todos

Objetivo Específico

Povos E Comunidade...

Atividade

Todos

Tipo de Atividade

Todos

Número de Agendas

320 Agendas

Horas Totais de Agenda

1722 Horas

Agendas Faltando Evidências

0 Agendas

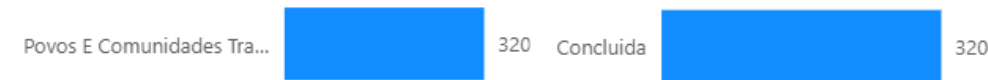
Agendas por Atividade



Agendas por Tipo de Atividade



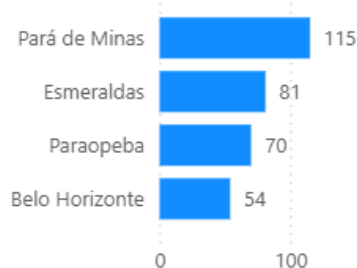
Agendas por Objetivo Específico



Status das Agendas



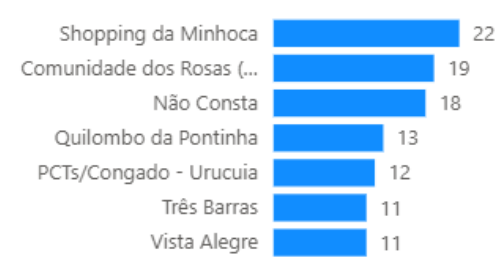
Agendas por Escritório



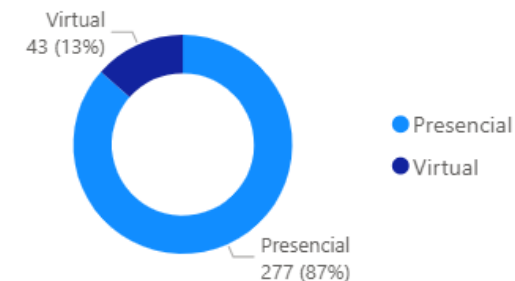
Agendas por Município



Agendas por Comissão



Agendas Presenciais x Virtuais



Indicadores

Calendário

Tabela

Planejado x..

Atividades

Timesheet

Custo...

Jornadas

Última
Atualização16/10/2025
14:16:57

01/07/2023 30/09/2025

Município

Todos

Comissão

Todos

Escritório

Todos

Status

Todos

ID da Agenda

Todos

Objetivo Específico

Anexo 1.1

Atividade

Todos

Tipo de Atividade

Todos

Número de Agendas

348 Agendas

Horas Totais de Agenda

2077 Horas

Agendas Faltando Evidências

0 Agendas

Agendas por



Agendas por Tipo de Atividade



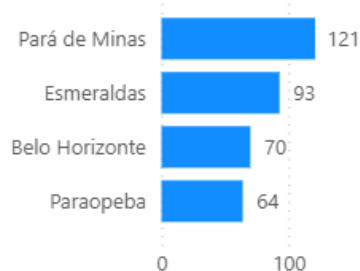
Agendas por Objetivo Específico



Status das Agendas



Agendas por Escritório



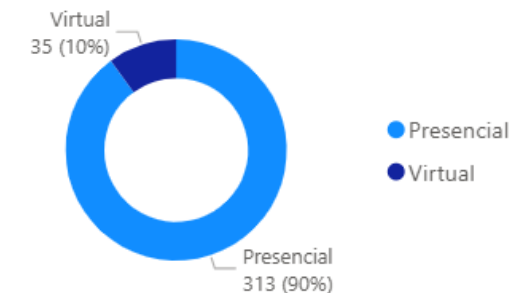
Agendas por Município



Agendas por Comissão



Agendas Presenciais x Virtuais



Anexo 1.1

Indicadores

Calendário

Tabela

Planejado x..

Atividades

Timesheet

Custo...

Jornadas

Última
Atualização16/10/2025
14:16:57

Anexo 1.2 e 1.3

01/07/2023 30/09/2025

ID da Agenda

Todos

Município

Todos

Comissão

Todos

Escritório

Todos

Status

Todos

Objetivo Específico

Anexo 1.2 E 1.3

Atividade

Todos

Tipo de Atividade

Todos

Número de Agendas

176 Agendas

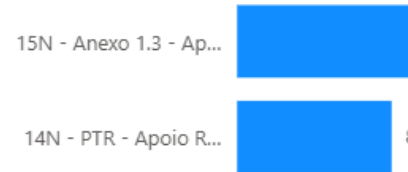
Horas Totais de Agenda

706 Horas

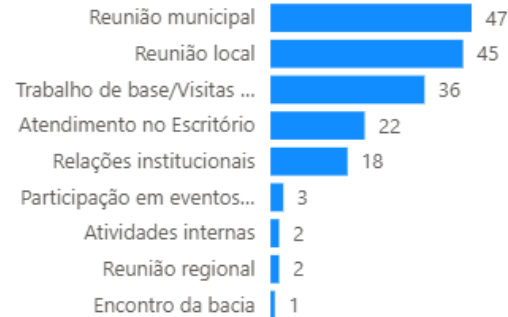
Agendas Faltando Evidências

0 Agendas

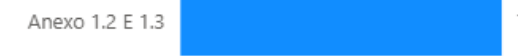
Agendas por



Agendas por Tipo de Atividade



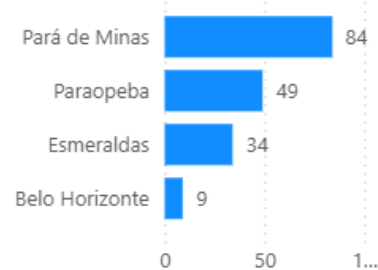
Agendas por Objetivo Específico



Status das Agendas



Agendas por Escritório



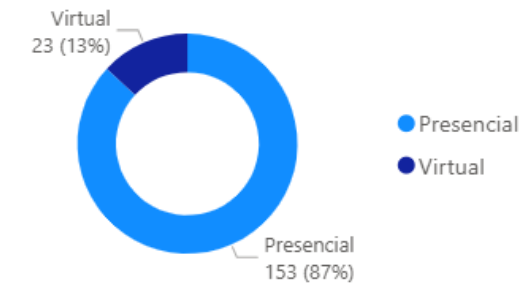
Agendas por Município



Agendas por Comissão



Agendas Presenciais x Virtuais



Indicadores

Calendário

Tabela

Planejado x..

Atividades

Timesheet

Custo...

Jornadas

Última
Atualização16/10/2025
14:16:57

01/07/2023

30/09/2025

Município

Todos

Comissão

Todos

Escritório

Todos

Status

Todos

ID da Agenda

Todos

Objetivo Específico

Gestão

Atividade

Todos

Tipo de Atividade

Todos

Número de Agendas

438 Agendas

Horas Totais de Agenda

12054 Horas

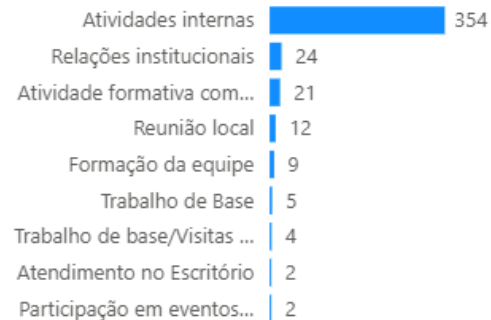
Agendas Faltando Evidências

0 Agendas

Agendas por Atividade



Agendas por Tipo de Atividade

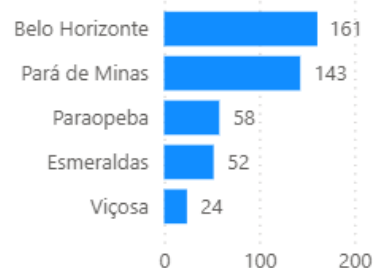


Agendas por Objetivo Específico



Status das Agendas

Agendas por Escritório



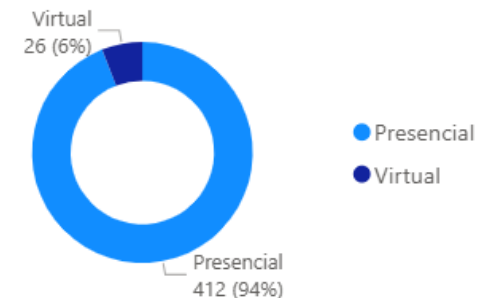
Agendas por Município



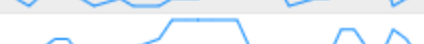
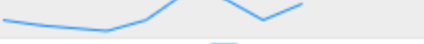
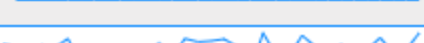
Agendas por Comissão



Agendas Presenciais x Virtuais



Gestão

Tipo de Atividade	Reuniões Planejadas	Reuniões Realizadas	% Realizado	Histórico de Reuniões
Trabalho de base/Visitas em campo	854	580	67,92%	
Trabalho de Base	800	415	51,88%	
Reunião local	771	907	117,64%	
Atividades internas	652	411	63,04%	
Relações institucionais	578	198	34,26%	
Reunião municipal	125	208	166,40%	
Encontro por escritório	88	11	12,50%	
Atividade formativa com a equipe	54	40	74,07%	
Intercâmbio	54	45	83,33%	
Encontro municipal	40	28	70,00%	
Reunião regional	28	64	228,57%	
Encontro Regional	15	46	306,67%	
Participação em eventos inter-regionais	12	27	225,00%	
Formação da equipe	8	25	312,50%	
Encontro da bacia	1	2	200,00%	
Feira da Reparação	1	0	0,00%	
Total	4081	3007	73,68%	

JORNAL REPARAÇÃO #12

Outubro 2025

Jornal

Reparação

Outubro 2025
Nº 12

Assessoria Técnica Independente PARAPOEBA

NACAB
NÚCLEO DE APOIO TÉCNICO
AL MOVIMENTO SÓCIO-AMBIENTAL
POR BARRAGENS

**"É direito das pessoas atingidas por barragens:
AUXÍLIO EMERGENCIAL**
até que as famílias e indivíduos alcancem condições
pelo menos equivalentes as precedentes" **Páginas 6 e 7**



ANEXO 1.3
População atingida não
se sente contemplada
páginas 4 e 5

REPARAÇÃO SOCIOAMBIENTAL
Zona rural prioriza fossas
agroecológicas
páginas 8 e 9

ANEXO 1.1
Será que agora vai?
Expectativa é boa
páginas 10 e 11

Caetanópolis • Esmeraldas • Florestal • Fortuna de Minas • Maravilhas • Papagaio • Pará de Minas • Parapoeba • Pequi • São José da Varginha

JORNAL REPARAÇÃO

saúde e anexo 1.3

Saúde

Cuidado integral e investimento em saúde

Documento das pessoas atingidas, reivindicando recursos e protocolos ao SUS em áreas de mineração, é aprovado em conferência em Brasília



Em agosto, representantes das pessoas atingidas aprovaram uma Moção de Apelo criada e idealizada na 5ª Conferência Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora (CNSTT), em Brasília (DF), solicitando mais recursos e orientações específicas aos profissionais de saúde em áreas de mineração.

Organizada pelo Conselho Nacional de Saúde (CNS) e promovida pelo Ministério da Saúde, a Conferência debateu estratégias de fortalecimento e efetivação do acesso ao Sistema Único de Saúde (SUS).

O documento apresentado pelas pessoas atingidas, foi elaborado após a atividade Vozes da Mineração - experiências e propostas para a saúde do trabalhador e da trabalhadora sob o olhar das comunidades atingi-

das, promovida pela Rede de Atingidos da Região 3.

Abdalah Nacif, de Beira Córrego, em Fortuna de Minas (MG), contou que a participação trouxe a sensação de dever cumprido. "Na atividade autogestionada apresentamos nossas propostas e trabalhos para aprimoramento do atendimento do SUS, algo gratificante, pois nosso desafio era chamar a atenção para as demandas e propostas dos locais atingidos pela mineração", contou.

Aprovada a Moção, segundo Abdalah, "o momento é de otimismo e acompanhamento da implementação da Nova Política Nacional de Saúde, para que as propostas das pessoas atingidas sejam implementadas, sempre em contato com o Ministério, o Conselho Estadual de Saúde de MG e profissionais da saúde".

“

É necessário criar protocolos de atendimento e dizer não às ações das mineradoras, pois elas não enxergam a saúde como algo importante, só o lucro.

LOURDES MACHADO
Presidente do Conselho Estadual de Saúde de Minas Gerais (CESMG)

A atividade na 5ª CNSTT, promovendo o debate sobre os impactos negativos da mineração à saúde, além da proposta de Moção, reivindicando investimentos e um protocolo que oriente o cuidado integral, foi feita em parceria entre a Rede de Atingidos da Região 3, os grupos Paraopeba Participa, Sentinelas, Guerreiras, Instituto de Promoção Humana e o Nacab.

jornal REPARAÇÃO 3
Texto e foto: Marcos Oliveira

4 jornal REPARAÇÃO

De olho no acordo

Anexo 1.3 desperta críticas

Projetos avançam, mas população atingida não se sente contemplada

Marcio Martins

O Anexo 1.3 do Acordo de Reparação pelo desastre-crime da Vale trata de recursos para melhorias em serviços e políticas públicas nos municípios atingidos pelo rompimento. As cifras, inicialmente de R\$ 2,5 bilhões, impactaram positivamente os cofres públicos das prefeituras dessas cidades. No entanto, qual foi a efetividade desse anexo na vida das pessoas atingidas?

Segundo o site do Comitê Pró-Brumadinho, nos 25 municípios contemplados, 183 iniciativas foram aprovadas pelos Compromitentes do Acordo, sendo 136 em execução, 14 concluídas e 33 em detalhamento pela Vale ou em análise pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), auditora do Anexo 1.3.

“

As máquinas que chegaram para a prefeitura foram usadas para consertar as estradas e isso é benefício para a gente. Mas ainda tem muita coisa que precisa avançar, por exemplo na questão de água e de esgoto, fossas sépticas... Tem muita coisa que precisa ser olhada e que ainda não foi.

Marcio Martins / Nacab



ADILSON
Comunidade dos Rosas
(Pará de Minas)

“

Até hoje não vi melhoria nenhuma aqui na comunidade de Vinhático. Nem eu e nem a minha comunidade nos sentimos contempladas ainda nesse Anexo 1.3. As nossas estradas todas ruins demais, principalmente dentro da comunidade. Faltando lâmpadas nos postes para melhorar a iluminação nas ruas que são muito escuras. Além de faltar limpeza nas ruas.

Luís Henrique do Carmo / Nacab



EDINA MARIA FERNANDES DE ALMEIDA
Vinhático (Esmeraldas)

Até agosto foram gastos mais de R\$ 2,6 bilhões, de acordo com a prestação de contas divulgada pela FGV. O saldo que ainda pode ser gasto com políticas e serviços públicos é de quase R\$ 562 milhões.

Pela descrição do Anexo 1.3, as prefeituras não têm obrigação de utilizar os valores exclusivamente nas comunidades atingidas, podendo usá-los em locais afastados do Paraopeba. Quem mora às margens do rio sempre questionou se não deveria haver prioridade para suas comunidades.

Casa de Acolhimento às Mulheres

Dentre os projetos ainda pleiteados pelas comunidades atingidas, está a criação de um Centro de Apoio às Mulheres Vítimas de Violência Doméstica, que atenderá parte dos municípios da bacia do Paraopeba.

Com valor de R\$ 23,8 milhões, a casa deve ser construída no município de Juatuba e atender a dezesseis cidades atingidas, que investirão, cada uma, R\$ 1,4 milhão.

Por ser um projeto regional, sua execução ficou por conta do Estado, com o apoio das prefeituras. Dos 10 municípios atendidos pela ATI, dois não aderiram: Pará de Minas e Esmeraldas.

"Acredito que a casa de acolhimento às mulheres deveria ter sido aderida por Esmeraldas, pois o espaço terá uma importância muito grande para as vítimas de violência, principalmente doméstica. Há muitas mulheres e filhos sofrendo agressões de seus companheiros por não terem um amparo", ressalta Hêlia Baeça, de Vista Alegre, em Esmeraldas.

O projeto está sendo reestruturado pela Secretaria de Desenvolvimento Social (SEDESE-MG), responsável pela orientação técnica e metodológica. Se aprovada a proposta de reestruturação, ela será apresentada às prefeituras.

NACAB

JORNAL REPARAÇÃO

auxílio emergencial

PTR

Expectativa é que novo auxílio emergencial seja criado

Após longo impasse judicial, decisão deve sair em breve

Fabiano Azevedo



Pessoas atingidas reivindicam novo auxílio emergencial, pois ainda não houve reparação. PH Renaux / Nacab

Com o término do Anexo 1.2 do Acordo de Reparação, conhecido como Programa de Transferência de Renda (PTR), em outubro, a criação de um novo auxílio emergencial tornou-se uma reivindicação central entre as pessoas atingidas do Paraopeba. Afinal, por quatro anos o PTR foi fundamental para que as pessoas atingidas pelo desastre-crime da barragem de Brumadinho mantivessem condições mínimas de subsistência.

Após longo impasse, o TJMG enfim decidiu que o desembargador André Leite Praça será o relator do julgamento que decidirá pela obrigatoriedade ou não do novo auxílio. O juiz Murilo de Abreu já havia dado, em março, decisão favorável à continuidade do PTR ou à criação de novo programa de transferência de renda, mas a Vale, responsável pelo desastre-crime, alega, em recurso, que já quitou todos os compromissos relativos ao PTR firmados no Acordo, e que o pagamento de mais um auxílio emergencial seria "uma temeridade", de valores "es-tratosféricos".

Nos territórios atingidos, o sentimento é de muita preocupação em relação à possibilidade de um futuro sem auxílio emergencial e, ao mesmo tempo, sem a reparação integral: "Na minha vida isso vai ter o pior impacto possível, pois dele partia a renda para arcar o mínimo: água, luz e pão", relata Patrícia Passarela, líder comunitária em Taquaras (Esmeraldas). "Como liderança não remunerada, não sei o que farei pra continuar lutando e representando o direito do meu povo e da minha comunidade. Me sinto atingida agora pela negligência das Instituições de Justiça, que não fazem o meu direito acontecer", completa ela.

A ação pela continuidade de um auxílio emergencial às pessoas atingidas foi solicitada em março, por entidades e associações civis. À época, o PTR havia sido cortado pela metade, e seu fim foi anunciado para dezembro de 2025. Então, o juiz Murilo pediu que a Fundação Getúlio Vargas (FGV), responsável pelo PTR, calculasse os valores para repor o corte e para sua continuidade integral até dezembro.

Alegando que precisaria de mais elementos para decidir, a juíza convocada Maria Dolores Gióvine Cordovil, responsável pelo caso naquele momento, concordou com a suspensão pedida pela Vale. A decisão ficou parada e, neste período, o próprio fim do PTR foi antecipado de forma abrupta, de dezembro para outubro. Agora, a expectativa é que o desembargador acate a decisão inicial apresentada pelo juízo, e acate a criação de um novo auxílio, até que as condições de vida sejam iguais às anteriores à data do desastre-crime.

Alexandre Chumbinho, gerente jurídico do Nacab, fala sobre a ação que pede a volta do auxílio emergencial

O Nacab tem como contribuir com a ação do PTR?

A ação é proposta por associações que não têm relação com as ATIs e coordenada de forma independente e autônoma. No entanto, produzimos uma nota técnica que foi posteriormente anexada por eles ao processo.

E o que diz a nota técnica? Como ela foi elaborada pelo Nacab?

Ao longo dos anos, aperfeiço-

amos nossa prática jurídica, visando sempre oferecer o melhor aporte técnico às pessoas atingidas. Aprendemos que, num processo coletivo decorrente de grandes desastres, em que a sociedade enfrenta um gigante econômico como a Vale, para se entender o que ocorre dentro [do processo], é necessário entender o que se passa fora também. É um processo estrutural, que mobiliza instituições, governos, mercado, além da opinião pública, principalmente as pessoas atingidas. Tendo esse contexto em vista, o Nacab produziu sua contribuição ao tema da continuidade do PTR a partir de uma premissa: não afrontar a coisa julgada formada pelo Acordo de Reparação. Sabíamos que essa seria a principal linha de defesa da Vale e oferecemos outra abordagem, focada só na matéria litigiosa do processo. Claro que o Acordo tem sua execução marcada por atrasos e falhas, principalmente no eixo socioambiental, mas, tendo em vista o "dentro e fora dos autos", pensamos que uma tese alternativa fosse mais favorável a sustentar o direito ao auxílio.

Nossa tese é simples de entender. E já teve precedente no tribunal, quando se decidiu favoravelmente ao duplo escopo das ATIs. Naquele momento, os desembargadores concordaram que, enquanto houver matéria em litígio, as pessoas atingidas devem continuar recebendo assessoria técnica. A ATI não repara a vida das pessoas, não restabelece o status anterior nem restitui nenhum

bem. O que realmente repara, nesse momento processual, são as indenizações. Então foi decidido que, enquanto não resolver o direito de fundo, as indenizações, deve ser mantido o direito à ATI, que mantém as pessoas mobilizadas e informadas. O auxílio emergencial previsto na PNAB é como as ATIs: não resolve o problema, só mitiga. Então num processo coletivo existem o direitos principais e os direitos acessórios, como ATI e auxílio emergencial. O Tribunal já concordou que enquanto houver direito principal em aberto no processo, tem de ter ATI. Mas se a lógica é a mesma, tem de ter auxílio também!

“Não importa o que a Vale alega sobre o anexo 1.2. Ela tem que cumprir a PNAB



O PTR pode voltar?

É muito difícil. O PTR era o Anexo 1.2 do Acordo Judicial de Reparação. Para ele, foram destinados R\$ 4,4 bilhões, e sua extinção foi reconhecida pela Justiça.

Outro auxílio emergencial deve ser criado?

Entendemos que já foi criado

pela Política Nacional de Direitos das Pessoas Atingidas por Barragens (PNAB), que diz que deve haver auxílio emergencial até que "as famílias e indivíduos alcancem condições pelo menos equivalentes às precedentes". E se é direito positivo, tem de implementar.

A atual decisão de primeira instância que autorizou a implementação de um novo auxílio em substituição ao PTR se deu de forma provisória. Isso quer dizer que o processo na primeira instância ainda vai coletar provas para o juiz fundamentar, em definitivo, a sentença. Se ela for favorável às pessoas atingidas, a Vale poderá recorrer ao TJMG, e se sofrer nova derrota, poderá ir ao STJ e/ou ao STF.

A Vale alega que, por causa do acordo, já cumpriu com todas as obrigações de transferir renda para as pessoas atingidas. Faz sentido?

Não importa o que a Vale alega sobre o anexo 1.2. Ela tem obrigação de cumprir a PNAB, que é lei em pleno vigor. Ela tenta se esquivar da obrigação, alegando já ter cumprido o Acordo, mas não estamos falando de Acordo, e sim da incidência da lei sobre a parte litigiosa. Esta permanece em aberto no processo e o Acordo não a alcançou. Ou seja, já que a Vale não pode dizer que fez acordo sobre os direitos individuais homogêneos, ela também não pode dizer que fez acordo sobre os direitos acessórios que acompanham esse principal.

Ascensão e queda de um auxílio emergencial

VEJA A LINHA DO TEMPO DO PTR



JORNAL REPARAÇÃO

socioambiental

e anexo 1.1

Na Região 3, projetos de saneamento se concentram na área urbana

Pessoas atingidas reclamam que recurso chega pouco à zona rural

O Anexo 2.2 do Acordo Judicial de Reparação Integral prevê, no âmbito da reparação socioambiental, o Programa de Universalização do Saneamento Básico. São destinados pouco mais de R\$ 1,4 bilhão, divididos entre todos os 26 municípios da bacia do Paraopeba e lago de Três Marias atingidos pelo rompimento da Vale.

O programa se destina exclusivamente a projetos de abastecimento de água, drenagem e esgotamento, sendo que são os próprios gestores municipais quem apresentam e executam os projetos. O Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG) é responsável pela gestão do recurso e aprovação dos projetos. O valor disponibilizado para cada município foi definido através de um cruzamento de dados do SINISA (Sistema Nacional de Informações em Saneamento Básico), do Ministério das Cidades e do Novo Marco Legal do Saneamento Básico no Brasil.

“

Aqui na nossa cidade a gente atua junto com a comissão parlamentar e mantém um diálogo constante com o poder municipal. Mesmo assim, o valor destinado, de cerca de R\$ 4 milhões, é muito pouco diante da necessidade das comunidades. Quando falamos de saneamento, principalmente em áreas pequenas sem estação da Copasa, esse recurso acaba sendo irrisório.

PATRICIA DO CARMO
Soledade (Pequi)

Os dez municípios que compõem a Região 3 recebem, no total, R\$ 351,4 milhões. Antônio Carlos de Souza, especialista da ATI Paraopeba Nacab, alerta para o fato de que boa parte dos projetos apresentados pelas prefeituras na Região 3 se destinam a saneamento nas áreas urbanas. “A maioria dos municípios estão pensando em obras de saneamento grandes, estação de tratamento de esgoto e por aí vai, que têm um custo maior e geralmente são feitas na cidade, na zona urbana.

das como Tévaps, foram aprovados para serem incluídos nos estudos que as prefeituras de São José da Varginha, Pequi e Pará de Minas devem enviar ao BDMG. O órgão é responsável pela gestão do recurso do 2.2, além de analisar tanto os projetos quanto os planos de saneamento que cada município deve realizar.

“A gente tem feito diálogos com prefeituras que estão abertas a isso, estamos conseguindo pautar com os prefeitos que se insira a zona rural atin-



Representantes das pessoas atingidas têm se reunido com as prefeituras e com representantes do BDMG, no intuito de defender a necessidade de se olhar também para as zonas rurais, onde se concentra a maioria das comunidades atingidas. Afinal, a reparação pelos danos do rompimento da barragem deve passar, obrigatoriamente, pelos territórios que sofreram com o atingimento.

Ao menos em três municípios, o encaminhamento é favorável. Projetos de fossas sépticas ecológicas, conheci-

da dentro desses projetos. Conseguimos isso em Pequi, em São José da Varginha e em Pará de Minas”, relata Antônio Carlos. Mas, apesar da boa recepção por parte dessas prefeituras, ele alerta que o jogo ainda não está ganhado: “Como ainda vai haver uma parte de estudo técnico, que as prefeituras têm até julho de 2026 para apresentar, não está garantido que [os projetos de Tévap] vão ser executados junto às nossas comunidades. A gente conseguiu por enquanto a boa vontade dos prefeitos em inserir os projetos nesse planejamento”, ele completa.

Anexo 1.1

“Agora a gente quer falar é dos nossos projetos, realizar os nossos sonhos”

Após mais de quatro anos, finalmente o Anexo 1.1 saiu do papel e chegou às comunidades

Após um longo processo de levantamento de danos realizado pela ATI Paraopeba Nacab juntamente com as pessoas atingidas, o Anexo 1.1 do Acordo de Reparação, que trata dos projetos e demandas das comunidades e do crédito e microcrédito, reacende sonhos e promove unidade entre as comunidades atingidas da Região 3 da bacia.

“São mais de 6 anos falando do sofrimento que cada pessoa atingida passa todos os dias após o crime do rompimento da barragem. Com esse Anexo 1.1 a gente quer é falar dos nossos projetos. Realizar os nossos sonhos do jeitinho que a gente quer. Chega de falarmos em sofrimento e focar em melhorias para nossa comunidade”, destaca Gleiciane de Souza, líder religiosa do Terreiro Kumbata Sanzala.

Kazembe Kia Mawanju, em Esmeraldas. Em agosto e setembro, a equipe técnica do Nacab percorreu as comunidades



Gleiciane de Souza
Esmeraldas

des para dialogar com as pessoas atingidas sobre os projetos e demandas das comunidades. Foram mais de 50 reuniões, envolvendo quase 800 pessoas, para apresentar o passo a passo das atividades junto à entidade gestora do Anexo

1.1, encabeçada pela Cáritas MG, conversar sobre os possíveis projetos para cada comunidade, e quais os danos serão minimizados ou resolvidos por meio da execução destes projetos.

A expectativa é alta em toda a bacia. José Amarildo de Sousa, do grupo de pescadores de Florestal, acredita estar chegando o momento em que a reparação alcança, de fato, as comunidades às margens do rio. “Estou cheio de expectativas e esperança de que o Anexo 1.1 seja realmente nosso. É a oportunidade de fazer acontecer um novo momento de desenvolvimento nas comunidades. Acho que não será fácil, mas é a única possibilidade de trazer um pouco de reparação para as comunidades atingidas. Tenho certeza de que vamos conseguir eleger bons projetos, proporcionando o desenvolvimento da comunidade e trazendo um pouco mais de confiança e alegria a todos nós”, disse o pescador.

■ Lista preliminar de projetos

A pedido das Instituições de Justiça (IJs), em setembro a ATI Paraopeba Nacab apresentou à Entidade Gestora uma lista preli-

minar, com mais de 180 propostas levantadas nos últimos anos.

“Ela tem o objetivo de facilitar o entendimento da realidade das comunidades atingidas. Mas é importante destacar que é uma lista preliminar. A definição ainda será realizada em cronograma das comunidades junto com a entidade gestora”, ressalta Luiz Carlos de Oliveira, da gerência de Reparação da ATI.

Em setembro, o Nacab apresentou a lista para representantes das comunidades atingidas, em Belo Horizonte. Na atividade, a lista de projetos foi dividida em blocos (Educação, cultura e formação; Gestão da água e recursos naturais; Infraestrutura; Organização social e desenvolvimento territorial; Saúde e Agropecuária, agroecologia e beneficiamento).

A pessoas atingidas puderam circular por cada eixo e acessar as sugestões de projetos registradas durante esses anos de trabalho da ATI Paraopeba Nacab com as comunidades. Também foi discutida a estrutura dos conselhos locais e regional, responsáveis pelo processo de governança junto à Entidade Gestora.

Luiz Henrique do Carmo / Nacab



Validação participativa de danos envolvendo o trabalho entre pessoas atingidas e a ATI

JORNAL REPARAÇÃO

intercâmbios e troca de saberes

Editorial

Marília Andrade
Coordenadora Geral da ATI

Olá, Região 3!

O período da reparação tem sido de movimentações intensas, algumas de esperança, outras de desalento e comoção.

O Anexo 1.1 teve início, e com ele renasceu nossa capacidade de sonhar e planejar a reparação e o desenvolvimento socioeconômico das comunidades. Apesar das incertezas acerca da continuidade das ATIs durante a execução do Anexo, em setembro o juiz determinou o repasse de 15% do valor destinado ao prosseguimento dos trabalhos. Isso trouxe maior segurança às pessoas

atingidas, que nos últimos meses demonstraram, em atos públicos, grande insatisfação com a possibilidade de descontinuidade das ATIs em suas regiões.

A implementação da governança do Anexo 1.1 estabeleceu os contornos da participação e das tomadas de decisão pelas pessoas atingidas. O momento é de definir a priorização dos danos a serem reparados por meio dos projetos, além, de pensar nos próprios projetos. As reuniões seguem à toda no território.

O Programa de Transferência de Renda (PTR) teve seu fim anunciado. A antecipação abrupta do último pagamento acende um grave alerta sobre o impacto socioeconômico no território, principalmente

às famílias mais vulnerabilizadas, que dependem dessa renda para a sobrevivência. Esperamos que um substituto ao PTR seja rapidamente implementado, garantindo uma renda mínima até que seja realizada a indenização dos danos individuais.

Enquanto isso, a liquidação coletiva dos danos individuais – fase do processo que vai calcular os danos sofridos individualmente – segue indefinida. A Vale, que não quer pagar mais nada, perdeu em 1ª e 2ª instâncias e recorreu ao Superior Tribunal de Justiça (STJ), em Brasília, que vai julgar o caso.

Seguimos em busca da reparação integral a todas as pessoas atingidas da bacia do Paraopeba!



Gláuber Torres / Reparação / Nacab

■ Pessoas atingidas e Nacab apresentam trabalhos no Congresso Brasileiro de Agroecologia

A transição agroecológica acontece na prática em diversas comunidades da Região 3. Algumas dessas experiências foram apresentadas por pessoas atingidas no 13º Congresso Brasileiro de Agroecologia, realizado em Juazeiro (BA), entre os dias 15 e 18 de outubro. Profissionais da ATI Paraopeba Nacab também apresentaram trabalhos.

SIGA O NACAB NAS REDES!

@nacabmg



www.nacab.org.br

Assessoria Técnica Independente PARAPEBA

NACAB

Assessoria Técnica Independente PARAPEBA

Rua Santo Antônio, 30, Apto. 2, João Braz - Viosa, MG
E-mail: contato@nacab.org.br

Coordenadora-Geral: Marília Andrade

Fontes

Coordenação Geral: Alexandre Chumbinho, Iria Paula Stopa, Marília Andrade, Marluce de Souza Abduane

Gerente Administrativo Financeiro: Marluce de Souza Abduane

Gerente Jurídico: Alexandre Chumbinho

Gerente de Reparação: Iria Paula Stopa

Assessor de Comunicação: Fabiano Azevedo

Jornal Reparação

ISSN 2764-1996

Editor: Fabiano Azevedo

Revisão: Marcos Oliveira

Textos: Fabiano Azevedo, Luis Henrique do Carmo, Marcio Martins, Marcos Oliveira, Marília Andrade Fontes, PH Reiaux

Projeto Gráfico e ilustrações: Fabiano Azevedo e Leticia Uematu

Assessoria Técnica Independente

Paraopeba - Escritórios

Belo Horizonte: R. Bueno Brandão 351, Santa Tereza

Paraopeba: Av. Dom Cirilo, 609, Canaã

Pará de Minas: Avenida Minas Gerais 413, São José

Emeraldas: Rua Senador Melo Viana, 158, 2º andar

Pessoas atingidas e Nacab participam de Encontro do MAM

Texto e foto: Luis Henrique do Carmo



Entre 24 e 28 de agosto, Fortaleza (CE) sediou o II Encontro Nacional do MAM (Movimento pela Soberania Popular na Mineração). O evento teve a presença de membros do Nacab, da Rede de Atingidos da Região 3, da Comis-

são Regional de Enfrentamento à Mineração da Serra dos Puris, na Zona da Mata, além de pessoas atingidas por crimes minerários em Brumadinho e por operações minerárias em outras regiões de MG.

Também participaram movimentos sociais, povos indígenas, quilombolas, ribeirinhos e comunidades atingidas pelos impactos da mineração predatória. O objetivo foi compartilhar experiências e definir estratégias de enfrentamento a violações causadas por grandes empresas do setor. Sob o lema "Lutar pelo Território, Controlar o Subsolo", o encontro debateu os desafios impostos pelo modelo minerário brasileiro. Teve destaque a Feira da Agrodiversidade, com produtos da agricultura familiar e artesanato popular, troca de sementes e apresentações. O encerramento ocorreu com uma marcha pelas ruas de Fortaleza, com mais de mil pessoas em defesa do direito aos territórios e do poder de decidir sobre a mineração.

Aprendizado e partilha na Troca de Saberes

Texto de Valéria Ferreira, de Papagaios, sobre o intercâmbio agroecológico que as pessoas atingidas fizeram à Zona da Mata.

Falo em nome do meu grupo, dos trabalhadores e trabalhadoras rurais de Papagaios.

A gente saiu na quinta (10/07), passamos na Escola Paulo Freire, em Acaíaca. Fomos muito bem recebidos pelo Gilmar, ele contou um pouco da história dele e da escola. Lá conhecemos as criações de galinha, porco... Vimos a horta, tem uma plantação de remédio, foi muito bom. A gente dormiu lá e no dia seguinte seguimos para o Assentamento do MST Olga Benário. Eles estão lá há 20 anos! Foi uma experiência incrível, as mulheres têm uma padaria dentro da comunidade. Lá também eles tiram leite, tem horta, foi maravilhoso.

Depois seguimos para a Troca de Saberes, na UFV (Universidade Federal de Viçosa). A gente aprendeu muita coisa, que tem que preservar a natureza, as águas. Não podemos mexer com agrotóxicos e temos que ser contra as mineradoras. Foi muito bom, quero agradecer ao Nacab, muito obrigada por tudo.

Saiba mais escutando os episódios do nosso podcast Ouve Só:



De 12 a 14/07, o Nacab participou da 16ª Troca de Saberes, na UFV, com a Instalação Artístico-Pedagógica "Resistências à mineração na Zona da Mata mineira". Doze pessoas da Região 3 estiveram no intercâmbio, que incluiu visitas à Escola Agrícola Paulo Freire, em Acaíaca, e ao Assentamento Olga Benário, em Visconde do Rio Branco.

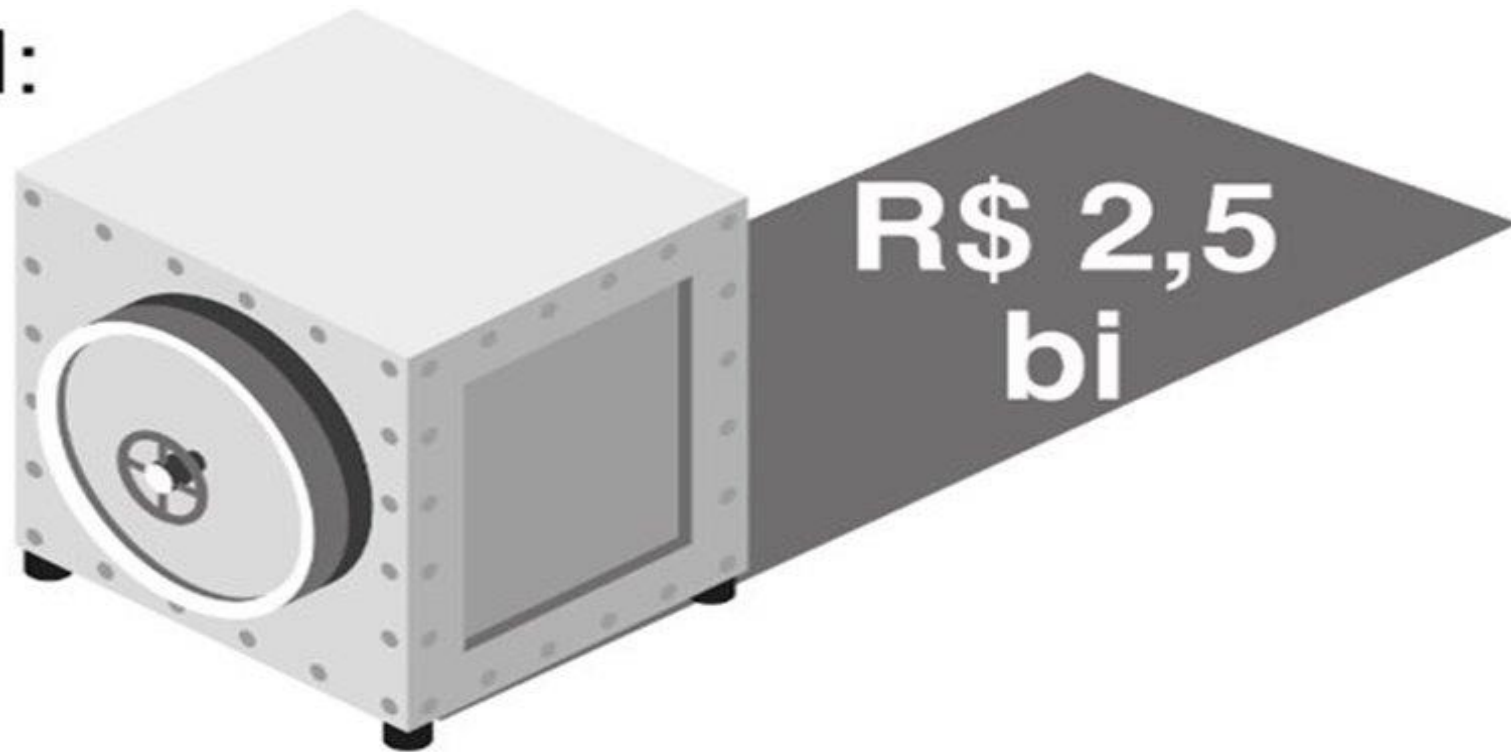
Marcos Oliveira / Nacab

ANEXO 1.3

Projetos de fortalecimento de políticas públicas.

Valores:

Global:



R\$ 200 milhões de reserva

	TOTAL	ATUALIZADO	SOMA DOS PROJETOS	SALDO - RESERVA 20%
CAETANÓPOLIS	R\$ 77.542.899,34	R\$ 101.753.090,83	R\$ 71.139.555,47	R\$ 16.290.000,56
ESMERALDAS	R\$ 128.816.967,08	R\$ 169.035.781,01	R\$ 159.944.304,99	R\$ 3.846.586,21
FLORESTAL	R\$ 92.959.807,17	R\$ 121.983.415,42	R\$ 55.050.824,92	R\$ 62.819.902,71

	TOTAL	ATUALIZADO	SOMA DOS PROJETOS	SALDO - RESERVA 20%
FORTUNA DE MINAS	R\$ 115.291.685,15	R\$ 151.287.679,61	R\$ 117.684.703,85	R\$ 32.223.282,08
MARAVILHAS	R\$ 97.124.682,38	R\$ 127.448.634,40	R\$ 105.537.459,88	R\$ 17.918.532,87
PAPAGAIOS	R\$ 96.551.558,96	R\$ 126.696.572,25	R\$ 118.690.397,84	R\$ 7.826.122,81

	TOTAL	ATUALIZADO	SOMA DOS PROJETOS	SALDO - RESERVA 20%
PARA DE MNAS	R\$ 94.444.888,45	R\$ 123.932.163,93	R\$ 106.588.016,22	R\$ 16.606.490,10
PARAOPEBA	R\$ 91.823.299,73	R\$ 120.492.071,32	R\$ 111.051.332,81	R\$ 7.369.300,24
PEQUI	R\$ 87.896.611,75	R\$ 115.339.405,61	R\$ 100.085.491,98	R\$ 10.470.213,89
SÃO JOSE DA VARGINHA	R\$ 92.725.923,82	R\$ 121.676.509,76	R\$ 89.446.353,06	R\$ 25.789.137,33

Fortuna de Minas

Construção de Garagem – Fortuna de Minas	Detalhamento pela Vale
Construir Museu para Obras de Arte – Fortuna de Minas	Detalhamento pela Vale
Reforma, Construção e Estruturaração de Creches e Centro de Educação Infantil – Fortuna de Minas	Detalhamento pela Vale
Aquisição de Veículos para Transporte Escolar – Fortuna de Minas	Detalhamento pela Vale
Adquirir Equipamentos para Infraestrutura Urbana e Rural – Fortuna de Minas	Detalhamento pela Vale
Reforma e Ampliação de 03 Prédios de Saúde - Academia de Saúde, Posto de Saúde e Programa de Saúde da Família	

Florestal

R\$ 62.819.902,71

Criação de Centro de Apoio de Mulheres Vítimas de Violência

- Valor: R\$ 1.400.000,00
- 17 municípios
- Total: R\$ 23.800.000,00

ANEXO I.3 PARA PCTs

- **ESMERALDAS:** Oferta de cursos de capacitação e de cursos profissionalizantes
- **FLORESTAL:** Construção do sistema de captação e distribuição de água nas comunidades rurais
- **FORTUNA DE MINAS:** Poço Artesiano e Sistema Simplificado de Tratamento
- **PAPAGAIOS:** Construção de Creche

ANEXO I.3 PARA PCTs

- **PARÁ DE MINAS:** Pavimentação da Estrada de Bom Jesus do Pará a Córrego do Barro
- **PARAOPEBA:** Formação e Capacitação em Direitos Humanos, Associativismo e Contabilidade
- **PEQUI:** Reforma das Vias Rurais - Soledade, Pindaíbas e Campos

CÂMARAS TEMÁTICAS

- **PARÁ DE MINAS e ESMERALDAS:** Formato oficial de apenas vereadores, mas se comprometeram a sempre estar com a comissão de atingidos nas reuniões.
- **PEQUI e SÃO JOSÉ DA VARGINHA:** Composição de vereadores, prefeitura e atingidos.
- **PAPAGAIOS, MARAVILHAS E CAETANOPOLIS:** estamos tentando construir.
- **PARAOPEBA:** tentando rearticular.
- **Florestal e Fortuna de Minas.**

ANEXO II - Reparação Socioambiental

ANEXO II.1 Recuperação socioambiental

Anexo II.1

OBRIGAÇÃO DE FAZER DA VALE



Recuperação Socioambiental



SEM TETO FINANCEIRO

A Vale é responsável por reparar todos os danos dos rompimentos de fevereiro de 2019, conforme previsto no Acordo



Plano de Reparação Socioambiental

elaborado desde 2019 por empresa contratada pela Vale, a Arcadis.

Análise da qualidade socioambiental da Bacia do Paraopeba



Antes do rompimento

Pós-rompimento



São **65 iniciativas de reparação definidas** pelos compromitentes para a Bacia, destas:

- **43** iniciativas validadas ou aprovadas
- **22** iniciativas estão em elaboração ou revisão ou avaliação



Execução acompanhada por **Auditoria socioambiental independente**

Panorama dos prazos das obras de reparação socioambiental

Obra / Medida	Prazo inicial	Prazo atual (2025)	Síntese da situação
Remoção de rejeitos	Final de 2025	Final de 2030	O prazo foi estendido em cinco anos. A previsão atual considera a remoção completa dos rejeitos da barragem B-I e a disposição final na cava do Feijão até 2030.
Recuperação ambiental da bacia do ribeirão Ferro-Carvão	Final de 2026	Final de 2030	O projeto de recuperação sustentável, antes previsto para 2026, foi ampliado e incorporado ao Projeto Conceitual Ferro-Carvão, com conclusão adiada para outubro de 2030.
Dragagem dos primeiros 2 km do rio Paraopeba	Setembro de 2020	Agosto de 2025	A execução inicial previa término em 2020. O novo cronograma da Vale adia a conclusão para agosto de 2025. Outros trechos ainda não têm previsão definida.



ANEXO II.2 - Compensação socioambiental dos danos já conhecidos

OBRIGAÇÃO DE PAGAR DA VALE

Conversão em obrigação de pagar conforme decisão judicial de junho de 2024.



Saneamento básico universal da Bacia do Paraopeba



Valor previsto*
R\$ 1,41 bilhão

A iniciativa está sendo executada pelas prefeituras dos **26 municípios atingidos**, com o apoio da SEMAD e BDMG.

São **19 iniciativas de Saneamento Básico definidas** pelos compromitentes para a Bacia, destas:



5 em execução

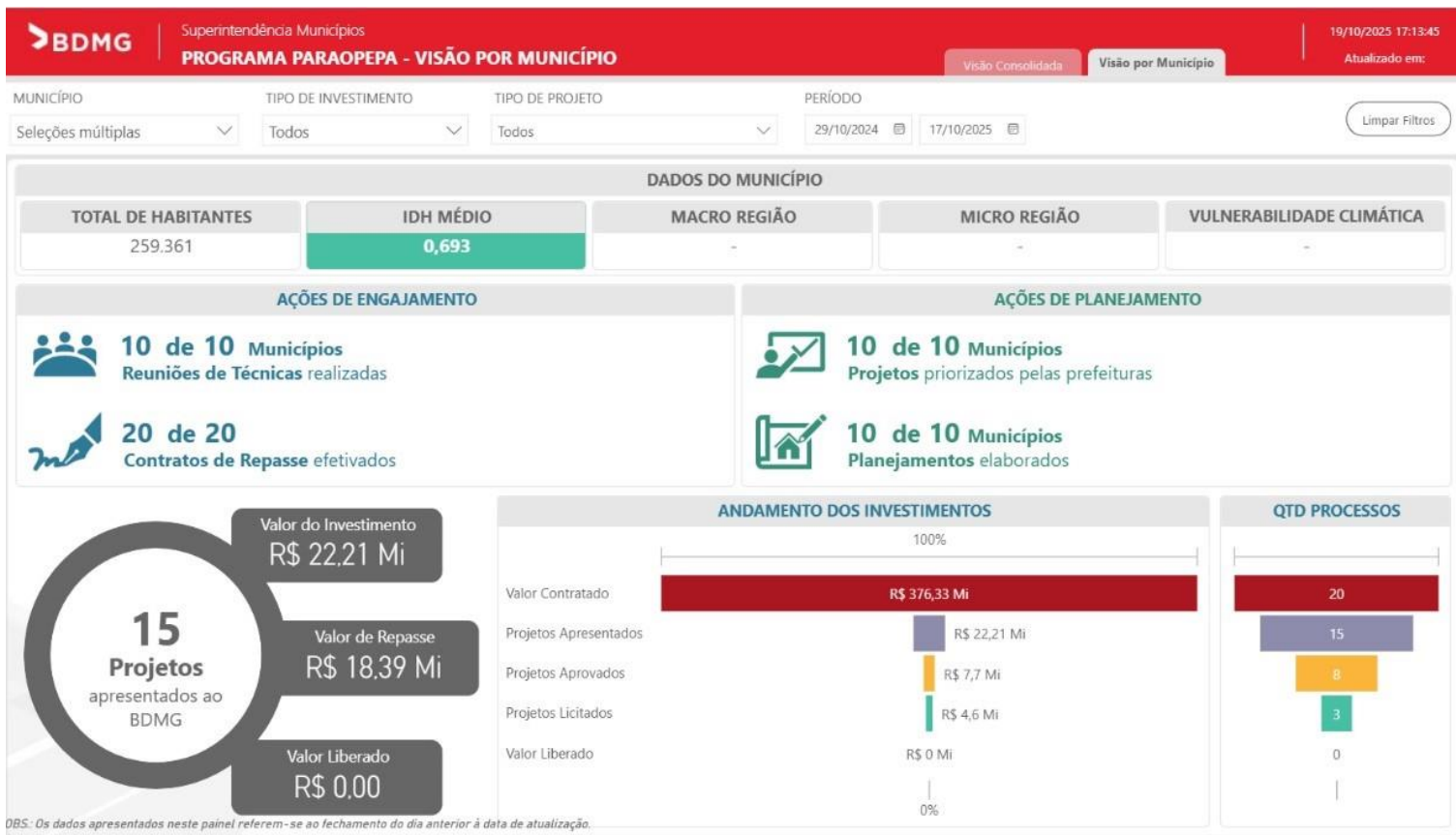


14 em desenvolvimento ou análise técnica

Programa de Universalização do Saneamento Básico

As ações previstas no Anexo II.2 ficam sob responsabilidade das prefeituras, que podem realizá-las com suas próprias equipes ou contratar as concessionárias de saneamento para executar os projetos

Painel de acompanhamento e execução do programa



 Prazos do Programa de Universalização do Saneamento (Anexo II.2);

Envio dos projetos: Os municípios têm até 15 de julho de 2026 para apresentar seus projetos ao BDMG.

Execução das obras:

Os projetos aprovados devem ser executados até julho de 2029.

Fonte: Microsoft Power BI
Municípios - BDMG

Atuação da ATI na Região 3

As atividades foram desenvolvidas a partir das demandas das pessoas atingidas.

As ações incluíram:

- Reuniões com comunidades, prefeituras, BDMG e SEMAD;
- Levantamentos técnicos;
- Elaboração e envio de ofícios com demandas de água e saneamento.
- Capacitações sobre tecnologias sociais de saneamento (como Tanque de evapotranspiração - TEvap).

Atuação da ATI na Região 3

- Audiências públicas para debater o uso dos recursos.



Até outubro de 2025, nenhum município da Região 3 teve projeto aprovado pelo BDMG.

Principais desafios:

- Resistência política de algumas gestões municipais;
- Lentidão técnica na elaboração dos projetos;
- Baixa transparência sobre o uso dos recursos e os critérios de priorização.

ANEXO 1.2 - PTR

Anúncios recentes da FGV

19/09/2025



A FGV informa que o Programa de Transferência de Renda, que contemplará ao todo mais de 164.000 pessoas atingidas com 50 parcelas em 4 anos, terá seu encerramento em outubro de 2025 diante do esgotamento dos recursos. Quem tem direito ao retroativo do PTR ou do PE irá receber o valor integral, ainda em outubro, em data a ser divulgada.

FGV-PTR

15/10/2025



Comunicado - Cronograma de pagamentos do PTR e do PE

A Fundação Getúlio Vargas (FGV) informa que, **em continuidade às ações de encerramento do Programa de Transferência de Renda (PTR)**, foi concluído o pagamento da **última parcela regular do PTR em 1º de outubro de 2025** e do **passivo do Pagamento Emergencial (PE) em 10 de outubro de 2025**.

As pessoas que **ainda possuem parcelas retroativas do PTR** receberão o **valor total no dia 28 de outubro de 2025**. Já as pessoas que **têm direito a parcelas retroativas referentes ao Pagamento Emergencial (PE)** receberão o **valor total no dia 31 de outubro de 2025**. Os beneficiários irão receber SMS na semana que vem informando os valores que têm a receber.

Em caso de dúvidas, entre em contato com o **Call Center da FGV** pelo telefone **0800 032 8022**, de segunda a sexta-feira, das 8h às 18h, ou procure um dos **Postos de Atendimento** localizados em **Brumadinho, Betim, Esmeraldas, Pompéu e Felixlândia**, abertos de **terça a sábado, das 8h às 12h e das 13h às 17h**.

FGV-PTR

Novo Auxílio Emergencial

O que aconteceu até agora?

- Associações ajuízam ACP em 14/03/2025 (dia da grande manifestação);
- Juiz Murilo de Abreu dá liminar em 28/03/2025;
- Vale recorre *imediatamente* e consegue a suspensão da liminar;
- Controvérsia sobre quem julga o agravo de instrumento (19ª Câmara Cível, 3ª Câmara Cível ou Núcleo 4.0 - 18ª Câmara Cível).

Novo Auxílio Emergencial

O conflito de competência

- Desembargador Marcos Lincoln marcou o julgamento (virtual ou presencial) para o dia
- 19ª Câmara Cível: a competente em razão de ela já ter julgado outros casos coletivos que envolvem a Bacia do Paraopeba.

Novo Auxílio Emergencial

O julgamento do recurso da Vale

Vale tenta tornar a liminar do Murilo sem efeito.

- Se a Vale **ganha**, o que acontece?
 - Pessoas atingidas ficam sem auxílio emergencial até o Juiz de Primeira Instância dar a sua sentença (decisão final sobre quem tem razão ou não).
- Se a Vale **perde**, o que acontece?
 - Decisão do Juiz Murilo teria de ser implementada.

Novo Auxílio Emergencial

Estimativa de tempos

- Conflito de competência na 1ª Seção Cível
- Agravo de instrumento
- Sentença
- Se houver recurso de apelação, a sentença favorável é suspensa?

Novo Auxílio Emergencial

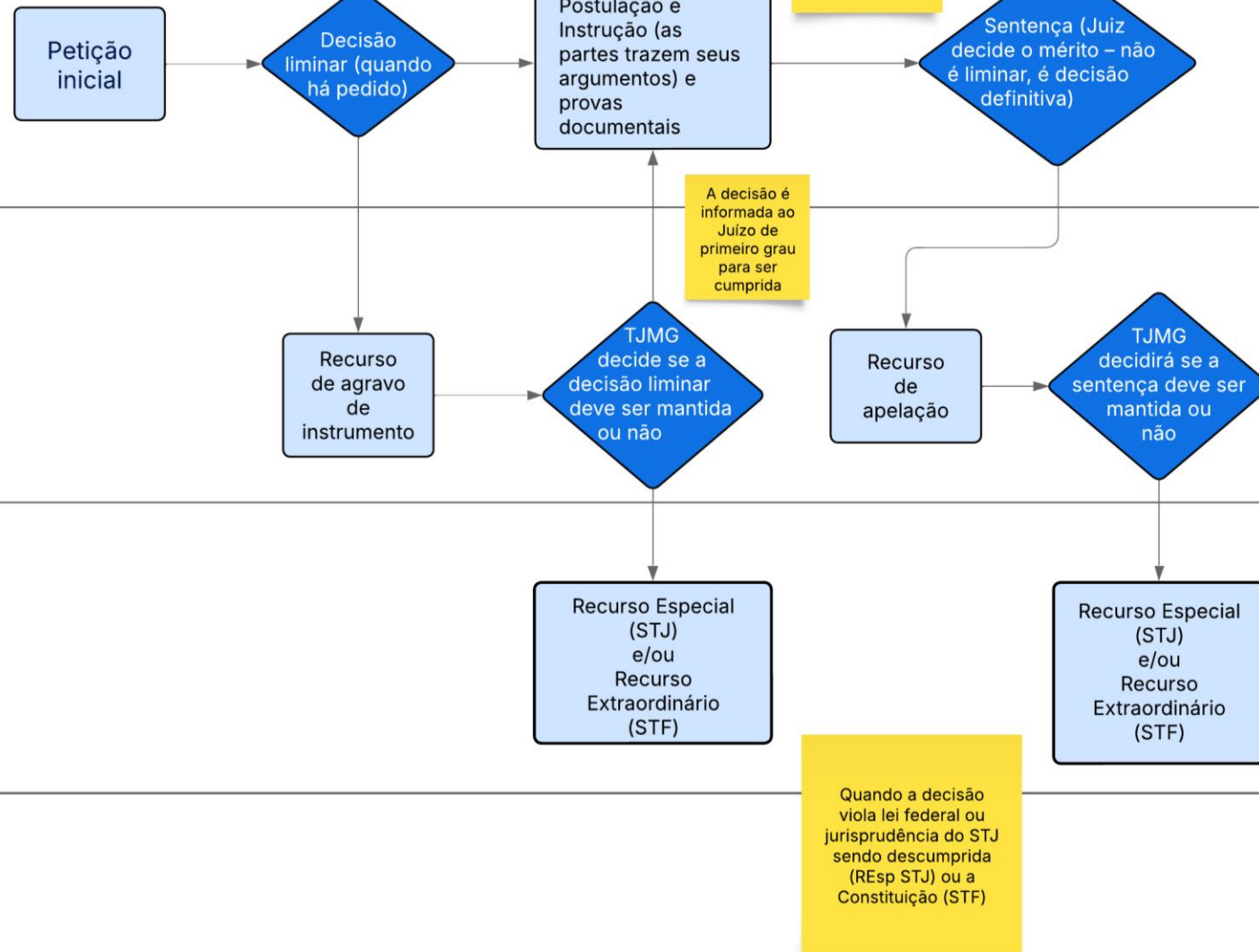
Quais as probabilidades de vitória?

- Vale argumenta que a assinatura do Acordo fez “coisa julgada”.
 - *Ausência de coisa julgada (relação jurídica de trato contínuo).*
- E o veto presidencial na PNAB?
- Tese do direito acessório (Nota Técnica do NACAB).
- Caso paradigmático (necessidade de mobilização das pessoas atingidas).

**1ª INSTÂNCIA
(2ª VARA DE
FAZENDA PÚBLICA)**

**2ª INSTÂNCIA
(TRIBUNAL DE
JUSTIÇA)**

**TRIBUNAIS
SUPERIORES
(STJ E STF)**





DÚVIDAS, SUGESTÕES E CONTRIBUIÇÕES

Obrigado(a)! Se cuida!



@nacabmg



@nacabmg

www.nacab.org.br

Assessoria
Técnica
Independente
PARAOPEBA

NACAB
NÚCLEO DE ASSESSORIA
ÀS COMUNIDADES ATINGIDAS
POR BARRAGENS